



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE/PR**

### **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP Nº 001/2026**

Por este Estudo Técnico Preliminar – ETP, intui-se apoiar ao ensino público como mecanismo indispensável para garantir o acesso e a permanência dos alunos e embasar o Termo de Referência, conforme previsto na Resolução SEED 777, de 18 de fevereiro de 2013; na Lei nº 9.394/1996 e por suas alterações, dentre estas, destaca-se a Lei nº 14.862/2024, de forma a relacionar as condições, descrições, quantidades, valores estimados, frequência, periodicidade dos serviços e os possíveis beneficiados. Considerando a formalização de demanda pela Secretaria Municipal de Educação, este ETP tem como objetivo levantar sobre a viabilidade técnica na contratação dos serviços de Transporte Escolar Diário em regime de execução indireta e de forma contínua para os alunos matriculados no ensino público, residentes na Zona Rural. O transporte se dará saindo da Zona Rural para as escolas situadas tanto na Zona Rural como na Urbana, e também será utilizado por alunos do Ensino Técnico na Zona Urbana e alunos da Escola Paulo Freire (APAE), com veículo adaptado e em rota e horários exclusivos para estes alunos. Entende-se que o serviço deva ser contínuo devido à essencialidade e necessidade pública permanente à Administração considerando que a interrupção comprometeria a continuidade das atividades educacionais. Pelas características, pode ainda ser classificado como de natureza comum. Depois de realizada a licitação, faz-se necessária a formalização do contrato, identificação e contato com o preposto para que as atividades se iniciem e por consequência a gestão e a fiscalização do contrato.

**SEÇÃO 1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO** (inciso I do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso I do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

#### **1.1. Contexto da Situação Problema:**

Trata-se de prestação de serviços de transporte escolar de alunos residentes no município e matriculados no ensino público e/ou privado, irrelevante se moradores de áreas rurais ou se, nas áreas urbanas.

A pretensa contratação visa a contratação da Linha 12 apenas, a qual foi revogada, conforme Decreto nº 4.616/2025 (erro na descrição do roteiro), em anexo.

O transporte visa oportunizar:

- a) a formação educacional formal, a nível básico, fundamental e médio, em escolas situadas nos limites do município;





- b) a formação educacional formal, ainda que em instituições localizadas em outros municípios, desde que em nível técnico ou superior;
- c) a realização de exames (ENEM) de admissão em cursos de graduação;
- d) transporte de alunos matriculados em escolas estaduais e municipais, do município, para participação em eventos relacionados ao ambiente de formação ou de interdisciplinaridades, ainda que para outros municípios.

#### 1.1.1 Diz-se de formação educacional formal:

"Educação escolar é aquela que acontece no âmbito formal, dentro da instituição escolar. A escola é uma importante instituição que auxilia no desenvolvimento social, aprimorando habilidades e competências dos indivíduos. Além disso, desempenha um papel fundamental na formação do conhecimento, dos valores e comportamentos. Por meio da educação escolar, o sujeito estabelece relações e compreende a forma de organização da sociedade na qual está inserido. No ambiente escolar, a educação é planejada e, portanto, formal." <https://brasilescola.uol.com.br/educacao> , acessado em 11/11/2024.

#### 1.1.2 Quanto ao transporte escolar especificado na *alínea a*, do item 1.1, é disponibilizado para as seguintes escolas:

\* Escola Municipal Professor Jorge Guimarães;

Cabe ainda ressaltar, que nos termos da Lei nº 14.862/2024, que por sua vez, especifica a permissão e regulariza a disponibilização do transporte, também dos respectivos professores, na mesma rota, desde que assentos vagos nos veículos, desta forma, será disponibilizado o transporte para os professores que atuam nas unidades de ensino do município.

#### 1.1.3 Quanto ao transporte escolar especificado na *alínea b*, do item 1.1. Este modal de transporte, já vem sendo objetivado desde o ano de 2007, sendo especificado na legislação Municipal, através dos seguintes documentos regulatórios: Lei Municipal Ordinária nº 132/2007; Lei Municipal nº 291/2009; Lei Municipal nº 367/2010, e por fim, **destaca-se que pela Lei Municipal nº 1.202/2025, esta última, dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de câmeras de monitoramento nos ônibus, micro-ônibus, vans e similares da frota própria e terceirizados utilizados no transporte de pessoas no Município de São Jorge D'Oeste, e dá outras providências.**

##### 1.1.3.1 Quanto aos horários disponibilizados, tem-se considerado o transporte nos períodos diurnos e noturnos.

##### 1.1.3.2 Do quantitativo máximo de vagas disponibilizadas pela Administração, para cada um dos destinos, estão elencadas no §1º do Art. 9º da Lei nº 977/2017.





1.1.4. Quanto ao transporte escolar especificado na *alínea c* e na *alínea d*, do item 1.1, é disponibilizado conforme a necessidade dos estudantes, e nos cronogramas prefixados nos casos da *alínea c*, e aqueles estabelecidos em programação específica nos casos da *alínea d*.

## 1.2 - Justificativa da Contratação:

1.2.1 Contratação de serviços de transporte escolar para alunos matriculados na rede municipal e estadual de ensino do Município de São Jorge D'Oeste/PR, em regime de execução indireta e de forma contínua, com motoristas e veículos sob responsabilidade da empresa. O serviço de transporte deverá estar disponível de segunda a sexta e também deverá estar disponível nas reposições de aulas (sábados), reforço/recuperação escolar, nos recessos escolares ou na ocorrência de atividades extracurriculares e viagens extras que as Escolas/Colégios considerarem como suplemento do ano letivo, por um período de 12 meses, considerando 200 dias letivos, e viagens extras curriculares, extraordinárias, porém vinculadas a atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, abrangendo os cronogramas de ensino matutino, vespertino e período integral.

1.2.2 São Jorge D'Oeste está sob a jurisdição do Núcleo de Educação Regional de Dois Vizinhos/PR, regido pela Resolução SEED 777 de 18 de fevereiro de 2013, e quanto ao transporte escolar, conforme competências atribuídas nos termos do inciso VII do Art. 10 da Lei nº 9.394/1996.

1.2.3 A presente contratação de serviço de transporte escolar pretende atender todos os alunos matriculados na rede municipal e estadual, em várias rotas de transporte escolar.

1.2.4 Desta forma, espera-se os seguintes benefícios:

BENEFÍCIO 1: Otimização do transporte adequado aos alunos, em relação principalmente nas questões de pontualidade, conforto e acessibilidade;

BENEFÍCIO 2: Atender a todos os preceitos legais vigentes nas condições de efetuar este tipo de serviços de transporte;

BENEFÍCIO 3: Reduzir os gastos com aquisição e manutenção de veículos especificados para este tipo de transporte;

BENEFÍCIO 4: Elevar a qualidade neste serviço público;

BENEFÍCIO 5: Garantir a acessibilidade aos estudantes a todas às atividades letivas e curriculares;

BENEFÍCIO 6: Reduzir a evasão escolar;

BENEFÍCIO 7: Garantir a boa execução dos serviços contratados, sempre embasados nos princípios da eficiência e sustentabilidade;

BENEFÍCIO 8: Garantir as condições adequadas de segurança aos estudantes e ao patrimônio público da comunidade escolar;





1.2.5 Justifica-se igualmente a contratação, pela indisponibilidade atual, de veículos próprios, de modo que seria necessário alto investimento em momento único, fato que poderia comprometer a atuação da Administração em outras áreas com necessidades contemporâneas;

1.3 Os serviços serão prestados em todas as unidades de ensino instalados no Município de São Jorge D'Oeste/PR.

1.4 A distribuição das rotas deverá ser estruturada para atender a todos os alunos matriculados nas unidades de ensino do Município, direcionando-os a unidade a qual estejam matriculados.

## **SEÇÃO 2 – DA DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL (PCA).** (inciso IX do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

### **2.1 Previsão no Plano de Contratações Anual:**

2.1.1 A presente contratação está prevista no PCA 2026 da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE.

2.1.2 A contratação dos serviços continuados de Transporte Escolar Diário para alunos da Rede Municipal, Estadual, constam na programação orçamentária e financeira anual do Município.

### **2.2 Alinhamento Estratégico:**

2.2.1 Esta pretendida contratação apresenta conformidade com os Programas e Ações do PPA 2024-2027 relacionados às atribuições desta Municipalidade, em conformidade com as suas competências, nos termos da Lei Municipal nº 997/2021.

## **SEÇÃO 3 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIAS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO** (inciso II do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

No momento da licitação a contratada deverá apresentar declaração de que conhece as condições locais para execução do objeto, ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante. As licitantes devem ter atenção quanto à localização das rotas, principalmente as municipais, em virtude de estarem localizadas principalmente em zona rural, com estradas não pavimentadas (de chão). Os requisitos necessários à contratação, com vistas ao atendimento da demanda, são os Seguintes:

### **3.1 Requisitos mínimos de qualidade:**





A Contratada, os veículos e os condutores deverão obedecer integralmente às disposições do Código de Trânsito Brasileiro, DETRAN, e suas alterações, e/ou das Resoluções do CETRAN, CONTRAN e/ou CONATRAN e demais normas vigentes. A presente contratação deverá atender, incluindo os requisitos mínimos do Termo de Referência, a proposta mais vantajosa mediante competição, zelando-se sempre pela contratação da melhor qualidade possível com o menor preço. A descrição dos requisitos no Termo de Referência deve se limitar àqueles requisitos indispensáveis ao atendimento da necessidade, garantindo-se a competitividade da contratação e a maior eficiência possível.

### **3.2 Requisitos normativos e legais:**

A presente contratação deverá atender ao que determina a Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 3.927 de março de 2023, Lei Municipal nº 779/2017, Lei Municipal nº 1.202/2025.

### **3.3 Requisitos de qualificação técnica:**

Em relação à qualificação técnica a ser atendida pelo licitante, será exigido o atestado de capacidade técnica (experiência) com escolar ou similar.

3.3.1 Em relação aos veículos, não será admitido na execução do contrato, e em hipótese alguma na licitação, a apresentação de qualquer outro tipo de veículo que não seja o solicitado pela Administração, tendo em vista experiências anteriores de veículos que não conseguiram trafegar nas estradas em períodos de chuva intensa.

3.3.2. Poderá ser solicitado à contratada durante a execução do contrato, apresentação de pelo menos um veículo reserva nas mesmas características do Termo de Referência. A licitante deverá comprovar que dispõe do veículo que será utilizado inicialmente no momento da licitação tendo em vista o curto prazo entre a homologação do resultado e a assinatura do contrato, devendo apresentar na licitação os documentos solicitados em relação à empresa e ao veículo, o veículo poderá ser próprio, alugado ou alienado.

3.3.3 Em relação à capacidade de passageiros exige-se que os veículos sejam: Kombi, Vans, Micro-ônibus ou Ônibus e tenham a capacidade mínima para atender aos alunos de cada rota licitada.

3.3.4 Relação dos documentos a serem apresentados na licitação, em relação ao veículo que será utilizado e no decorrer da execução do contrato, sempre que solicitado pela Administração, referente à empresa e aos veículos:

- a) Termo de Autorização (vistoria) do DETRAN/PR do veículo;
- b) CRVL do veículo que será utilizado na execução do serviço, que comprove os requisitos em relação às suas características em relação à capacidade de passageiros solicitada;

### **3.4 Requisitos de segurança:**





3.4.1 No Código de Trânsito Brasileiro, Cap. XIII - DA CONDUÇÃO DE ESCOLARES, o art. 136 estabelece que os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto que, em relação à apresentação, os veículos devem possuir:

- a) Inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;
- b) Cintos de segurança em boas condições e para todos os alunos, de acordo com a legislação;
- c) Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade de tempo (cronotacógrafo);
- d) Apresentação diferenciada, pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroceria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas, conforme legislação;
- e) Lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira, e de luz vermelha nas extremidades da parte superior traseira;
- f) Extintor de incêndio do tipo ABC ou outro regulamentado pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
- g) Limitadores de abertura dos vidros corrediços de no máximo dez centímetros;
- h) Dispositivos próprios para a quebra ou remoção de vidros em caso de acidente;
- i) Utilização obrigatória de equipamento do tipo câmera-monitor ou outro dispositivo equivalente, a ser instalado nos veículos destinados ao transporte coletivo de escolares;
- j) Recomendam-se dispositivos de monitoramento que permitam a observação das atividades no interior do veículo e da via em que o veículo estiver sendo conduzido, conforme legislação;
- k) Pneus em boas condições de uso (dentro dos padrões estabelecidos por lei);
- l) Portas e janelas em perfeito estado de funcionamento;
- m) Demais equipamentos obrigatórios, comuns aos veículos da mesma espécie, previstos no Código de Trânsito Brasileiro e normatizações do CONTRAN, do DENATRAN e do DETRAN/PR, e,
- o) Seguro de responsabilidade civil de terceiros, com cobertura para danos corporais e/ou materiais causados a passageiros, responsabilidade civil para danos morais a passageiros e acidente com os tripulantes, etc., com apólices quitadas ou renovadas durante a vigência do contrato e suas prorrogações.

Fica certo que, na hipótese de não ser efetuado qualquer seguro ou serem insuficientes os seguros contratados, a empresa contratada arcará com todos os ônus decorrentes de eventuais sinistros, como se segurada fosse.





O seguro de passageiro, caso haja sinistro, deve contemplar as seguintes situações e valores:

- Danos corporais e/ou materiais causados a passageiros: valor mínimo R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- Responsabilidade civil para danos morais a passageiros: valor mínimo R\$ 30.000,00 (trinta mil), e,
- Acidente com os tripulantes: valor mínimo R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais).

3.4.2 Os veículos devem ainda:

- a) Ter capacidade de transitar em estradas pavimentadas e não pavimentadas (de chão);
- b) Encontrar-se em perfeito estado de conservação, estar sempre limpo, não ter assentos rasgados, cabendo à fiscalização julgar todas as condições para a prestação dos serviços;
- c) Atender aos limites máximos de ruídos fixados na Resolução CONAMA nº 1, de 11/02/1993 e legislação correlata;
- d) Atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, e legislação correlata, e,
- e) Atender, no que couber, à Resolução CONATRAM nº 402, de 26/04/2012, e suas alterações, em relação às características de acessibilidade.

3.4.3 Em relação aos condutores, a Contratada deverá observar os seguintes requisitos:

- a) Ter idade superior a 21 anos;
- b) Possuir habilitação para dirigir veículos na categoria D;
- c) Ter sido submetido a exame psicotécnico com aprovação especial para o transporte de alunos;
- d) Ter se formado em curso de Formação de Condutor de Transporte Escolar;
- e) Não ter cometido falta grave ou gravíssima nos últimos 12 meses;
- f) Apresentar certidão negativa de antecedentes criminais, renovável a cada 5 anos, conforme exigência prevista no art. 329 do CTB;
- g) Estar devidamente identificado, asseado e com aparência adequada, e,
- h) Portar meio de comunicação e/ou telefone celular, cujos números deverão ser entregues aos responsáveis pelos alunos bem como ao Gestor/Fiscal do Contratante.

Seu uso deverá obedecer ao disposto no art. 252, inciso V, do Código Nacional de Trânsito.

3.4.4 Relação de documentos obrigatórios que deverão ser apresentados na assinatura do contrato em relação aos condutores:

- a) CNH de cada motorista, conforme Termo de Referência;





b) Carteira de condutor para transporte escolar emitida pelo DETRAN/PR, conforme Termo de Referência, e,

c) Certificado de participação no curso de Condutor de Transporte Escolar, fornecido pelo DETRAN/PR, de cada condutor.

Outros documentos e condições descritos no Termo de Referência, assim como quando ocorrer troca de veículos e/ou condutores, serão solicitados e verificados na assinatura vigência do Contrato.

### **3.5 Requisitos de sustentabilidade:**

A empresa deverá adotar medidas para diminuir possíveis impactos ambientais, sendo solicitado, dentre outros:

3.5.1 Atender aos limites máximos de ruídos fixados na Resolução CONAMA N° 1, de 11/02/1993 e legislação correlata;

3.5.2 Atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA N° 18, de 06/05/1986, e legislação correlata;

3.5.3 Atender, no que couber, à Resolução CONATRAN N° 402, de 26/04/2012, e suas alterações, em relação às características de acessibilidade;

3.5.4 Adotar mecanismos e procedimentos de uso racional de água e energia elétrica e utilização de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, conforme estabelece o Decreto N° 2.830-R de 19/08/2011, e,

3.5.5 Disponibilizar ao menos uma lixeira dentro de cada um dos veículos.

### **3.7 Premissas e restrições:**

Em relação direta com o problema apresentado, têm-se os seguintes normativos que disciplinam os serviços a serem contratados, de acordo com a natureza:

- CF/88: “Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: ( ...) VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, TRANSPORTE, alimentação e assistência à saúde (redação dada pela Emenda Constitucional N° 59, de 2009)”;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96): “Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:
  - ... VII – assumir o TRANSPORTE ESCOLAR dos alunos da rede estadual (Incluído pela Lei N° 10.709, de 31/07/2003). Art. 11. Os municípios incumbir-se-ão de:
  - ... VI – assumir o TRANSPORTE ESCOLAR dos alunos da rede municipal (incluído pela Lei nº 10.709, de 31/07/2003)”;





- Lei N.º 10.880/04: Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, e dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado;
- Resolução FNDE N.º 12/11: Art. 2º - O PNATE consiste na transferência, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de recursos financeiros destinados a custear a oferta de transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, com o objetivo de garantir o acesso à educação, e, que residam a uma distância igual ou superior a 2.000 metros das escolas em que estão matriculados ou entre a escola e o ponto de embarque/desembarque. Antes desse limite, é responsabilidade dos pais levar o aluno até a escola ou até o ponto de embarque do transporte escolar, ou buscá-lo, visto que a obrigação é solidária, e,
- Lei 9.503/97- Código de Trânsito Brasileiro: Art. 136. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal (DETRAN), a qual deve ser afixada na parte interna, em local visível, com inscrição da lotação permitida (sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante, que, via de regra, prescreve a quantidade de crianças que podem ser transportadas, em número maior do que se os passageiros fossem todos adultos), exigindo-se, para tanto:

I. Registro como veículo de passageiros (esta é a classificação quanto à espécie; em relação à categoria do veículo, o padrão é a classificação aluguel, por se tratar de uma atividade remunerada, exceção feita aos veículos de propriedade da Administração pública, que serão registrados como veículos oficiais);

II. Inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

III. Pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroceria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroceria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas (a falta desta simbologia caracteriza infração de trânsito do artigo 237, grave, sujeita à penalidade de multa e medida administrativa de retenção do veículo para regularização);

IV. Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo (conhecido como tacógrafo) – ressalta-se que, para a extração, análise e interpretação dos dados registrados, há a necessidade de prévio treinamento do agente de trânsito, sob responsabilidade do fabricante, nos termos do artigo 4º da Resolução do Contran n. 92/99; além disso, no caso de ocorrência de trânsito com vítima, somente o perito oficial encarregado do levantamento pericial poderá retirar o disco ou unidade armazenadora do registro (Art. 279 do CTB);

V. Lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

VI. Cintos de segurança em número igual à lotação, e,





VII. Outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN [os principais equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito constam da Resolução Nº. 14/98], para cada tipo de veículo.

- Art. 137. A autorização a que se refere o artigo anterior deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.
- Art. 138. O condutor de veículo destinado à condução de escolares deve satisfazer os seguintes requisitos:
  - I. Ter idade superior a vinte e um anos;
  - II. Ser habilitado na categoria D;
  - III. (VETADO).
  - IV. Não ter cometido mais de uma infração gravíssima nos 12 (doze) últimos meses, e,
  - V. Ser aprovado em curso especializado (condutor de veículo escolar), nos termos da regulamentação do CONTRAN.

Outra exigência, que não consta no Art. 138, mas também está contemplada no Código de Trânsito, é que os condutores de transporte escolar devem apresentar, previamente, certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos, junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização (Art. 329).

- Art. 139. O disposto neste Capítulo não exclui a competência municipal de aplicar as exigências previstas em seus regulamentos, para o transporte de escolares.
- Resolução nº 504, DE 29/10/2014 – Conselho Nacional de Trânsito (CONATRAN): Dispõe sobre a utilização obrigatória de espelhos retrovisores, equipamento do tipo câmera-monitor ou outro dispositivo equivalente, a ser instalado nos veículos destinados ao transporte coletivo de escolares;
- Guia de Transporte Escolar do MEC: Contém normativos que disciplinam o transporte escolar, dicas preventivas, pré-requisitos do condutor e do veículo, dentre outras informações.

Normativos que deverão ser obedecidos no procedimento licitatório:

- Lei 14.133/2021: institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;
- Decreto nº 3.722/2001: Regulamenta o Art. 34 da Lei Nº 8.666/1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- Lei nº 10.520/2002: Institui a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 10.024/2019: Regulamenta a licitação na modalidade pregão na forma eletrônica;
- Decreto Municipal nº 251/2020: Regulamenta a licitação na modalidade pregão na forma eletrônica no âmbito do Município;





- Lei Complementar 123/2006: Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e,
- Lei Municipal nº. 3.906/2011, alterada pela Lei Municipal nº. 4.378/2016: regulamenta o tratamento diferenciado e favorecido dispensado as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no âmbito do Município.

Dessa forma, objetiva-se consolidar e expandir a interiorização, institucionalizar uma política de acompanhamento e redução, retenção e evasão na vida escolar e viabilizar a integração da escola/colégio com a sociedade.

**SEÇÃO 4 - ESTIMATIVA DA QUANTIDADE A SER CONTRATADA** (inciso V do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IV do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

4.1 De acordo com levantamento feito pelo FNDE, em apostila sobre Transporte escolar, disponível em <[Aspectos Regulatrios do Transporte.pdf](#)> acessado em 12 de novembro de 2024, verificou-se:

“A partir de uma amostra de mais de 2.200 municípios rurais, os regimes de execução do Transporte Escolar Rural mais comuns são:

- Valor por aluno
- Valor por
- Valor por quilômetro rodado
- Valor por quilômetro transportando alunos
- Valor fixo mensal

A opção mais utilizada é o valor por quilômetro rodado, cerca de 36% dos municípios. (Aspectos Regulatórios do Transporte Escolar, pg. 17)

A apostila apresenta ainda as desvantagens em relação a cada tipo de regime de execução.

PRINCIPAIS PROBLEMAS DE ALGUNS REGIMES DE EXECUÇÃO:	
Modalidade	Principais Problemas
Valor por aluno	- O Poder Público tem dificuldades no controle da quantidade de alunos transportados; - Redução do pagamento do motorista quando diminui a quantidade de alunos transportados; Valor por aluno - O operador exclui alunos residentes em localidades distantes com intuito de reduzir o custo de operação (diminuindo a quilometragem percorrida), e, - Pode ocorrer do operador não ir até a residência do aluno e alegar que o mesmo está faltando à escola.
Valor por quilômetro rodado	- Dificuldade de controle da quilometragem rodada, necessita-se de equipamentos e presença de fiscais; - Possíveis adulterações, caso os valores de quilometragem sejam fornecidos pelos motoristas; - Utilização de caminhos mais longos, alegando mudança dos alunos, principalmente em regiões de assentamentos; - O processo de validação dos números fornecidos pelos operadores provocam atrasos no pagamento desses; - Em épocas de chuvas, por exemplo, o custo de alteração das rotas é crescente para o ente público, e, - O custo de inclusão de veículos não é muitas vezes assumido pelos operadores, o que, em vistas da elevada demanda de estudantes, acaba promovendo a superlotação dos veículos.





Valor por quilômetro transportando aluno	- Não considera e nem remunera a quilometragem morta (trecho entre a garagem e o início da linha); - O pagamento por quilômetro rodado pode levar o operador a colocar suas garagens em pontos mais remotos do município, e, - Complexidade em definir os trechos em que não estão sendo transportados alunos.
Valor fixo mensal	- O operador pode optar por uma redução na quantidade de alunos transportados e quilometragem percorrida, sem reduções nos valores fixos mensais recebidos.

Fonte: Disponível em: [HTTPS://www.fnade.gov.br/aspectos\\_regulatorios\\_do\\_transporte\\_escolar](https://www.fnade.gov.br/aspectos_regulatorios_do_transporte_escolar). Figura 10, Pg. 18.

4.1.1. Para a realidade local, observa-se a possibilidade de o valor da contratação ser pelo valor do quilômetro rodado, pois a Administração tem condições reais e já possui conhecimento da distância das rotas, o que reduz ou inviabiliza o risco de superfaturamento por parte da Contratada, também porque sempre que é aumentada a rota, pelo fato de alunos novos, é feita a medição juntamente com o transportador. Além disso, embora previsível, não é possível quantificar com exatidão a quantidade de alunos ano a ano, por município, essa forma de contratação flexibiliza a inserção ou retirada de novos trechos quando necessário.

4.1.2. Destaca-se que seja considerado a possibilidade, na contratação inicial dos veículos de tipos diferenciados, como Kombi, van, micro-ônibus e ônibus, tendo em vista as condições das estradas que na maioria não é pavimentada (de chão), para as linhas municipais, pois em cada tipo de estrada e distância um tipo de veículo se adapta melhor e consegue trafegar, principalmente em situação de chuva forte.

4.1.3 A Administração observou ainda que em situação de chuva extrema, é possível que mesmo sendo um veículo adequado também não consiga transitar pela rota principal, o que faz com que seja utilizada rota alternativa, fazendo um desvio de rota cuja distância é maior, o que aumenta os custos, justificando assim a execução do serviço por quilômetro rodado, de forma a se manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4.1.4 Por se tratar de contrato estimativo, somente na vigência do contrato, e no interesse da Administração, essa poderá avaliar possíveis trocas de tipo de veículo de tamanho/categoria.

4.1.5 Para isso, sempre observará prioritariamente, dentre outros aspectos, as condições das vias de acesso às escolas/colégios, a quantidade de alunos, a segurança dos usuários, o preço unitário do Km contratado e o interesse público. Assim, havendo alterações nos quantitativos de alunos e/ou melhorias nas condições da estrada, pode-se solicitar outro tipo de veículo, maior ou menor. A solicitação por troca de tipo de veículo pode ser tanto pela Administração quanto pelo transportador. As atuais rotas possuem média de quilometragem, considerando o ano letivo de 200 dias e demais apontamentos anteriores, a quantidade total estimada de quilômetros por tipo de veículo e a quantidade de veículos que poderão ser utilizados e que estão sendo licitados está discriminada na tabela a seguir:

4.2 Para atender a demanda de prestação de serviços de transporte escolar de alunos residentes no município e matriculados no ensino público, irrelevante se moradores de áreas rurais ou se, nas áreas urbanas, relacionados aos alunos vinculados a formação classificada pela alínea a do item 1.1 deste documento que especifica o seguinte:





- a) a formação educacional formal, a nível básico, fundamental e médio, em escolas situadas nos limites do município;
- b) a formação educacional formal, ainda que em instituições localizadas em outros municípios, desde que em nível superior;
- c) a realização de exames (ENEM) de admissão em cursos de graduação;
- d) transporte de alunos matriculados em escolas estaduais e municipais, do município, para participação em eventos relacionados ao ambiente de formação ou de interdisciplinaridades, ainda que para outros municípios.

4.2.1 No objetivo de mapear toda rede Municipal de ensino, e a presença da rede Estadual de ensino, buscou-se a localização em mapa, de cada uma das unidades de ensino, atendidas pelo transporte escolar no Município de São Jorge D'Oeste.

ITEM	CÓD. EQUIP.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	Quant
1	66520	<p>LINHA 12 – LAGOS DO IGUAÇU/PARANHOS</p> <p>TRAJETO 1. Saída: 6h.</p> <p>Inicia-se na Escola Monsenhor Jorge Guimarães, e segue para os Lagos do Iguaçu pela PR-475, de lá, segue até a propriedade do Sr. Idelmar Vitorassi, volta até a estrada vicinal que leva a propriedade do Sr. Urico Pagliarin, segue por essa estrada até a PR-475, e por esta, segue até a propriedade do Sr. Flavio Arnoldo, retorna pela PR 475 até a entrada da estrada vicinal que leva a propriedade do Sr. Enio Sbergem, indo até lá, e retorna até a PR-475 e segue por ela até o trevo de acesso ao Distrito Dr. Antônio Paranhos, vai até a Escola Monsenhor Jorge Guimarães. Segue em direção a empresa Neloire Hetty, indo até a propriedade do Sr. Sergio Mozer, retornando em direção e até a propriedade do Sr. Eder Jacobs. Retorna passando pela empresa Blocom, e seguindo até a Escola Monsenhor Jorge Guimarães.</p> <p>Percurso de 40,39 km.</p> <p>TRAJETO 2. Saída: 11h30.</p> <p>Saindo da Escola Monsenhor Jorge Guimarães, e refaz em sentido contrário o TRAJETO 1, e quando na propriedade do Sr. Idelmar Vitorassi, retorna e segue até o Centro de Convenções, de lá, retorna via portal PR-475, para a Escola Monsenhor Jorge Guimarães. via portal junto a PR-475.</p> <p>Percurso de 44,85km.</p>	KM	25.434,00





		<p>TRAJETO 3 Saída: 17h.</p> <p>Saindo da Escola Monsenhor Jorge Guimarães em direção a empresa Blocom, de lá, retorna à Escola, vai para, passando pelo loteamento Vila São Pedro, a propriedade do Sr. Enio Sbergem, volta a PR-475, segue por ela até a propriedade do Sr. Flavio Arnoldo, retorna até a estrada vicinal que leva a propriedade do Sr. Urico Pagliarin, e vai ate a propriedade do Sr Idelmar Vitorassi, retorna até o Centro de Convenções. De lá, retorna via portal PR-475, para a Escola Monsenhor Jorge Guimarães. via portal junto a PR-475.</p> <p>Percurso de 35,87 km.</p> <p>Linha georreferenciada com aproximadamente 121,11 km dia/viagem.</p> <p>Demanda de veículo com no mínimo 18 LUGARES.</p>		
--	--	--	--	--

4.2.2 Para atender a demanda de prestação de serviços de transporte escolar de alunos residentes no município e matriculados no ensino público, irrelevante se moradores de áreas rurais ou se, nas áreas urbanas, relacionados aos alunos vinculados a formação classificada pela alínea c do item 1.1 deste documento que especifica o seguinte:

c) a realização de exames (ENEM) de admissão em cursos de graduação;

Por este Estudo, constatou-se que foram realizadas duas viagens por ano, no período considerado, ambas para escolas localizadas no Município de Dois Vizinhos/PR, sendo necessário percorrer ao todo, cerca de 100 km ao ano.

4.2.2.1 Sugere-se por este estudo que seja considerada a possibilidade de licitar ônibus para este objetivo específico para que seja possível planejamento adequado quando da realização destes exames.

4.2.3 Para atender a demanda de prestação de serviços de transporte escolar de alunos residentes no município e matriculados no ensino público, irrelevante se moradores de áreas rurais ou se, nas áreas urbanas, relacionados aos alunos vinculados a formação classificada pela alínea d do item 1.1 deste documento que especifica o seguinte:

d) transporte de alunos matriculados em escolas estaduais e municipais, do município, para participação em eventos relacionados ao ambiente de formação ou de interdisciplinaridades, ainda que para outros municípios.





4.2.3.1 Sugere-se por este estudo que seja considerada a possibilidade de licitar ônibus para este objetivo específico, sem delimitação de roteiro, porém com limitação de quilometragem máxima por viagem, bem como limitação geográfica (região Sudoeste do Paraná), para que seja possível planejamento adequado quando da necessidade destes auxílios, não comprometendo a frota municipal de ônibus e consequentemente atrasos no cumprimento do roteiro.

**SEÇÃO 5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO** (inciso III do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

No desenvolvimento deste Estudo Técnico Preliminar, considerou-se os seguintes cenários possíveis para a solução do problema apresentado:

**5.1 Cenário 01** – Análise da situação atual da frota municipal, não se vislumbra por este estudo, a possibilidade de neste momento, outro cenário senão a terceirização de parte das linhas de transporte escolar, uma vez que, a Administração encontra-se diante do dilema: Não tem ônibus ou outros veículos para tomar a decisão de assumir a totalidade das linhas com veículos próprios, e ao mesmo tempo, não se ponderar paralisar os veículos dos quais já dispõe, bem como dos servidores contratados para a função de motoristas, para que terceirizasse a totalidade das linhas para transporte dos alunos do município.

Esta é uma decisão que depois da sua propositura, deve a Administração, prepara-se na condição de investimento em veículos necessários se for por atender o transporte dos alunos pela frota própria, da mesma forma, planejar sobre o remanejamento dos servidores que ocupam a função de motoristas, para que fiquem na ociosidade/em disponibilidade.

Assim, configura-se uma questão de continuidade do atual sistema, uma vez que a Administração, não está preparada para tomar essa decisão.

**SEÇÃO 6 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO** (inciso VI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

6.1. Os valores referenciais estimados da contratação, unitários e totais, aferidos conforme ampla pesquisa de mercado, são os seguintes:

6.2. O preço total estimado da contratação é **R\$ 190.755,00 (cento e noventa mil e setecentos e cinquenta e cinco reais)**, conforme pesquisa de preços.

6.3. O orçamento estimado da presente contratação foi elaborado com base nos parâmetros e calculado em conformidade com o Decreto nº 3.927/2023, cujo documento de Orçamento Estimado, que contém memória de cálculo, será anexado aos autos da contratação, indicando os parâmetros, a metodologia e os preços referenciais utilizados no cálculo estimativo.





6.4. Para efeitos de parametrização orçamentária e para composição da estimativa de preços, foi utilizada a tabela abaixo:

a) Planilha que representa as demandas para o transporte intramunicipal, destinado atender aos alunos de nível básico e nível médio, CMEI'S e alunos da Escola Paulo Freire (APAE):



MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS DA PESQUISA DE MERCADO

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar intramunicipal, para alunos da rede municipal e estadual de ensino, com veículo limitado a no máximo 20 anos de uso, e que ofereçam conforto aos alunos, com veículo que deverá seguir as orientações do Detran, Denatran e Contrans, bem como a legislação pertinente e as características previstas no Termo de Referência, mediante a requisição da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de São Jorge D'Oeste - Pr.

		NOME DA EMPRESA								CNPJ		Data/Cotação	
COT 1		UNITUR TRANSPORTES LTDA								17.335.326/0001-19		17/12/25	
COT 2		IDACIR GONÇALVES DA ROCHA-ME								00.000.000/0460-08		17/12/25	
COT 3		PLATAFORMA BANCO DE PREÇOS (4 COTAÇÕES)								76.995.380/0001-03		18/12/25	
												VALOR R\$	
ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	COT 1	COT 2	COT 3	COT 4	COT 5	COT 6	MENOR PREÇO	MAIOR PREÇO	MÉDIA SIMPLIS	Valor Global
1	TRANSP. ESC. LINHA 12 - LAGOS DO IGUAQUIPARANHOS LINHA 12 - LAGOS DO IGUAQUIPARANHOS TRAJETO 1. Seção: 6h. Início na Escola Manoel José Guimarães, e segue para o Lago da Lagoa pela PR-475, de lá, segue até a propriedade de Sr. Idemar Vitarari, volta até a estrada vicinal que leva a propriedade de Sr. Uilson Pagliarini, segue por essa estrada até a PR-475, e por esta, segue até a propriedade de Sr. Flávia Arnaldi, retorna pela PR-475 até a entrada da estrada vicinal que leva a propriedade de Sr. Enio Sbarque, indo até lá, e retorna até a PR-475 e segue por ela até o trevo da escola no Distrito Dr. Antônio Paranhos, vai até a Escola Manoel José Guimarães. Segue em direção a empresa Helara Hatty, indo até a propriedade de Sr. Servaldo Mauer, retornando em direção a até a propriedade de Sr. Edar Jacube. Retorno passando pela empresa Blacem, e seguindo até a Escola Manoel José Guimarães. Percurso de 46,39 Km. TRAJETO 2. Seção: 11h30. Saída da Escola Manoel José Guimarães, e segue em sentido contrário a TRAJETO 1, o quando na propriedade de Sr. Idemar Vitarari, retorna e segue até o Centro da Comunidade, de lá, retorna via portal PR-475, para a Escola Manoel José Guimarães, via portal junto a PR-475. Percurso de 46,39 Km. TRAJETO 3 Seção: 17h. Saída da Escola Manoel José Guimarães em direção a empresa Blacem, de lá, retorna à Escola, vai para, passando pelo loteamento Vila São Pedro, a propriedade de Sr. Enio Sbarque, volta a PR-475, segue por ela até a propriedade de Sr. Flávia Arnaldi, retorna até a estrada vicinal que leva a propriedade de Sr. Uilson Pagliarini, e vai até a propriedade de Sr. Idemar Vitarari, retorna até o Centro da	Km	25434	7,50	7,50	8,80	8,00	8,78	7,74	7,50	8,80	8,05	190.755,00
												TOTAL	190.755,00

**SEÇÃO 7 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO** (inciso IV do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

### 7.1 Identificação de soluções:

7.1.1 Por meio dos estudos realizados, foram analisadas diferentes soluções, em que foi avaliada sua capacidade de solucionar o problema descrito na Seção 1 deste ETP, e ainda a relação custo-benefício entre as soluções.

7.1.2 Assim, foram identificadas as seguintes possíveis soluções:

#### 7.1.2.1 Solução 1: Aquisição de novos veículos pela Administração:

Consideramos **inviável** pois neste momento o Município não possui orçamento disponível para tal aquisição, e mesmo havendo a possibilidade, entendemos que o prazo para a realização de uma licitação até a entrega dos veículos seria maior que a contratação de uma empresa para realizar a prestação dos serviços, lembrando ainda da possibilidade da licitação ser fracassada ou deserta, por exemplo.





### 7.1.2.2 Solução 2: Contratação de empresa terceirizada:

Consideramos **VIÁVEL** pois teoricamente, é possível promover maior conforto aos usuários, uma vez que se pode exigir em edital os parâmetros necessários para um deslocamento tranquilo e confortável. Outro ponto positivo é que, quando necessário, é possível contratar mais facilmente empresas terceirizadas, ao invés de aguardar até que o Município consiga adquirir veículos suficientes. Dessa forma, poderão ser diminuídas as rotas, que atualmente se mostram cada vez maiores, aumentando o desgaste dos veículos oficiais, os custos e consequentemente reduzindo a qualidade do serviço oferecido. Ainda, propicia a diminuição de recursos financeiros com custos operacionais com mão de obra, entre outros.

Através da contratação de uma empresa que apresente todos os requisitos exigidos, estaremos dando continuidade aos serviços já prestados à população.

### 7.2 Definição da solução escolhida

7.2.1 Abaixo segue a descrição resumida do objeto a ser contratado, definido após a realização de estudo técnico preliminar:

7.2.2. Conforme já descrito o cenário 1: Terceirização dos serviços de transporte de alunos.

### 7.3 Característica do objeto:

7.3.1 O objeto a ser contratado é Comum, assim considerado por possuir padrão de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado, na forma do inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

7.3.2 A solução adotada trata-se de objeto comum, pois:

7.3.2.1 É encontrado e praticado no mercado sem maiores dificuldades;

7.3.2.2 É ordinário, sem peculiaridades ou características especiais;

7.3.2.3 É apresentado com identidade e características padronizadas, com perfil qualitativo passível de ser descrito objetivamente; e

7.3.3 Sua caracterização é garantida tendo por base as exigências detalhadas do Termo de Referência, compatível com o rito procedimental de seleção do fornecedor a ser adotado.

### 7.4 Definição da natureza de execução do objeto:

7.4.1 A execução do objeto contratado pode ser considerada de natureza continuada, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, já que são serviços de fornecimento contínuo aqueles contratados pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

### 7.6 Modelo adotado:





7.6.1 O modelo a ser adotado para a presente contratação será a **solução 2**, admitida para o **Cenário 1**, assim, pretende-se a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS (LINHA 12)**.

#### **7.7 Justificativa da escolha da solução:**

7.7.2 A análise das opções oferecidas pelo mercado, conforme relatado neste ETP, demonstra que o modelo **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS (LINHA 12)**, trata-se de uma abordagem/solução mais flexível e adaptável à realidade atual da Administração Municipal.

#### **7.8 Regime de fornecimento:**

7.8.1 Tendo em vista a necessidade de fornecimento dos serviços contratados, a execução deverá ser de modo imediato e contínuo.

#### **7.9 Vigência do contrato:**

7.9.1 **Orienta-se para o prazo de vigência contratual de no mínimo 12 (doze) meses**, contados imediatamente a partir da assinatura ou retirada do Contrato, nos termos do Título III, Capítulo V, da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

7.9.2 Considerando que o objeto contratado é de natureza continuada, a vigência do contrato é prorrogável nos termos do Art. 107, Art. 108 e do ART. 125 da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

### **SEÇÃO 8 – DAS JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO** (inciso VII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

8.1. Para a contratação pretendida foram consideradas as características técnicas e peculiares de comercialização no mercado, avaliando-se o objeto em conformidade com o Princípio do Parcelamento, nos termos do Art. 40, §§ 2º e 3º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

8.2. A presente contratação será realizada com a adjudicação do objeto por **Item**.

### **SEÇÃO 9 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS** (inciso X do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

9.1 Considerando que as contratações públicas devem buscar resultados positivos para a Administração, são apontados os resultados pretendidos, em termos de eficiência, eficácia, efetividade e economicidade, em busca do melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, bem como de desenvolvimento nacional sustentável.

9.2 Assim, a presente contratação pretende alcançar os seguintes resultados:



9.2.1 Todos os jovens e crianças em idade escolar terão à disposição o transporte adequado para frequentar de modo ininterrupto a s aulas durante todo o período letivo;

9.2.2 O município possibilita a formação dos acadêmicos de modo uniforme e igualitário, dando condições de frequentar diversas instituições educacionais, sejam privadas ou públicas, para que a população jovem do município se desenvolva profissionalmente e quiçá retribua com o desenvolvimento do próprio município.

**SEÇÃO 10 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO** (inciso XI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso X do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

10.1. A Administração Pública deverá tomar todas as providências previamente à formalização da contratação, visando à disponibilização da solução contratada em sua plenitude e ao alcance das finalidades da contratação.

10.2. No que tange a necessidade de serem tomadas providências para adequação do ambiente da instituição, frisa-se que não há necessidade de adequação da organização para que a contratação surta seus efeitos.

10.3. Ademais, pela característica do objeto aqui tratado, há necessidade de capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual.

**SEÇÃO 11 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES** (inciso VIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

10.1. Para atendimento da finalidade da contratação, não há contratações correlatas e/ou interdependentes da presente contratação.

**SEÇÃO 12 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS** (inciso XII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

12.1 Tendo em vista a natureza do objeto que se pretende contratar, é necessário que o Fornecedor, no âmbito de suas atividades, atenda aos critérios e políticas de sustentabilidade ambiental, sem prejuízo da observância das boas práticas e das normas pertinentes, pontuados na matriz de riscos adotada para esta contratação.

Impacto Ambiental Identificado	Descrição do Impacto	Medidas Mitigadoras Propostas
Emissão de poluentes atmosféricos	Emissão de gases poluentes decorrentes da queima de combustíveis fósseis pelos veículos utilizados no transporte escolar.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Exigir veículos em conformidade com o PROCONVE;</li><li>• Realizar manutenção preventiva periódica dos motores e sistemas de escapamento;</li><li>• Priorizar veículos em boas condições mecânicas e com menor consumo de</li></ul>





Impacto Ambiental Identificado	Descrição do Impacto	Medidas Mitigadoras Propostas
		combustível.
Geração de ruídos	Produção de ruídos durante o deslocamento dos veículos, especialmente em áreas rurais e no entorno de unidades escolares.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Atendimento aos limites de ruído estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 01/1993;</li><li>• Manutenção adequada dos sistemas de escapamento;</li><li>• Orientação aos condutores quanto à condução adequada e sem acelerações excessivas.</li></ul>
Desgaste de vias não pavimentadas e geração de poeira	Tráfego contínuo em estradas de chão, ocasionando desgaste do leito das vias e aumento de poeira.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Adequação do tipo de veículo às condições das estradas rurais;</li><li>• Planejamento eficiente das rotas, evitando trajetos desnecessários;</li><li>• Comunicação com o setor responsável pela manutenção viária para adoção de medidas corretivas quando necessário.</li></ul>
Geração de resíduos sólidos	Produção de resíduos no interior dos veículos em razão do uso diário pelos alunos.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Disponibilização de lixeiras no interior dos veículos;</li><li>• Orientação aos usuários quanto ao descarte correto de resíduos;</li><li>• Destinação ambientalmente adequada dos resíduos coletados.</li></ul>
Consumo de recursos naturais	Consumo contínuo de combustível, água e energia elétrica para operação, limpeza e manutenção dos veículos.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Adoção de práticas de uso racional de água e energia;</li><li>• Utilização de produtos de limpeza devidamente regularizados e menos agressivos ao meio ambiente;</li><li>• Otimização das rotas visando à redução do consumo de combustível.</li></ul>

12.2 A tabela acima apresenta os principais impactos ambientais potenciais associados à execução dos serviços de transporte escolar, os quais são, em sua maioria, pontuais, de baixa magnitude e passíveis de controle. Tais impactos decorrem principalmente da circulação contínua de veículos automotores, especialmente em áreas rurais e no entorno das unidades escolares.

12.3 As medidas mitigadoras propostas visam reduzir ou neutralizar esses impactos, por meio da exigência de conformidade com a legislação ambiental vigente, da manutenção preventiva dos veículos, da adoção de práticas de uso racional de recursos naturais, do correto gerenciamento de resíduos e da orientação dos condutores quanto à condução adequada. Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais não comprometem a viabilidade da contratação, considerando a relevância social do serviço e a adoção das medidas preventivas e mitigadoras previstas.





**SEÇÃO 13 – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO** (inciso XIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

13.1. Em virtude de todo o exposto, o presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução: **Prestação de serviços de transporte de alunos**, informada neste Estudo Técnico Preliminar, mostra-se necessária e viável tecnicamente, tendo em vista a imprescindibilidade da contratação e o adequado atendimento às demandas apresentadas. Além do mais, os custos previstos são compatíveis e atendem à economicidade; os riscos envolvidos são administráveis; e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

A Equipe de Planejamento declara a viabilidade desta contratação para o atendimento da necessidade a que se destina, consoante disposto na Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 3.927 de março de 2023.

São Jorge D'Oeste – PR, aos 07 dias do mês de janeiro de 2026.

*Marilce Colaça*

Marilce Colaça

Fiscal Técnica do contrato pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Decreto nº 4591/2025

*Clair Mariano da Costa*

Secretário Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças

Decreto nº 4496/2025

Neide Lorencena

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Decreto nº 4484/2025